

O empoderamento feminino e as mulheres do programa Bolsa Família

RESUMO: A luta por empoderamento das mulheres remonta às primeiras lutas feministas, mas isso parece ser ainda mais difícil para as mulheres pobres. Neste trabalho, busca-se compreender o processo de empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, a partir do início do recebimento do benefício. A partir do relato dessas mulheres, pode-se observar que ainda há muito que ser feito para o efetivo rompimento da pobreza.

ABSTRACT: The struggle for women's empowerment goes back to the early feminist struggles. This seems to be even more difficult for poor women. In this paper, we seek to understand the empowerment process of the women who are beneficiaries of the Bolsa Família Program, since they began to receive the benefit. What could be seen from the stories of these women is that there is still much to be done for the effective disruption of poverty.

Introdução

O empoderamento feminino faz-se na vida cotidiana, como um processo de busca e conquista da autonomia e da autodeterminação a partir da própria mulher, não sendo possível que outra pessoa faça isso por ela (SARDENBERG, 2006, p. 2). O empoderamento feminino será tratado neste artigo como um conjunto de novas capacidades, provenientes da inserção das mulheres pobres no Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda de maior relevância no Brasil, com as possibilidades que ele oferece à saída da pobreza extrema.

No primeiro momento será abordado o perfil das mulheres beneficiárias Programa Bolsa Família (PBF), numa tentativa de compreender quem são essas mulheres. No segundo momento será delimitada a abordagem proposta de empoderamento feminino e suas implicações para as mulheres do PBF. No terceiro, serão mostradas a metodologia e algumas das análises dos grupos focais feitos com mulheres beneficiárias do PBF na cidade de Pedro Leopoldo – MG, a partir

dos quais observaremos o possível empoderamento promovido pelo Programa na vida dessas mulheres. Por fim, são colocadas algumas considerações finais a respeito do processo de empoderamento das mulheres beneficiárias, mostrando que alguns ajustes são necessários para o rompimento efetivo com a extrema pobreza.

As Mulheres do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda brasileiro, percebe a mulher como beneficiária preferencial, instrumentalizando o “papel feminino” nesta política de combate à pobreza (MARIANO & CARLOTO, 2009, p. 901). Ao exigir das mulheres pobres o cuidado com crianças, idosos, doentes e deficientes em troca da concessão do benefício, o Estado interfere nas atividades destas mulheres, muitas vezes reforçando o já tradicional lugar da mulher na maternidade e no cuidado (MARIANO & CARLOTO, 2009, p. 902). As mulheres chefes de família, por serem responsabilizadas pelo bem estar da família, ficam em uma situação de penúria

Priscila Williams

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
priscilawilliams@gmail.com.

Palavras-chave:

Empoderamento Feminino; Programa Bolsa Família; mulheres; pobreza.

Keywords:

Feminine Empowerment; Bolsa Família Program; women, poverty.

econômica mais acentuadamente que os homens, na visão de Melo e Bandeira (2005) em relatório da CEPAL¹, na "Série Mujer y Desarrollo". Essas mulheres são muitas vezes mal remuneradas, não conseguem sustentar a família adequadamente e são alvo dos programas de transferência de renda (MELO, 2005, p. 20).

A pobreza e a exclusão social atingem mulheres e homens diferenciadamente de acordo com o sexo porque as mulheres são sobrecarregadas com os trabalhos não remunerados, geralmente ligados às tarefas domésticas e aos cuidados dos filhos (MELO, 2005, p. 16). Ainda que as mulheres tenham chegado ao mercado de trabalho, os cargos de chefia ainda não foram devidamente acessados por elas e os seus salários permanecem menores que os dos homens, mostrando que as mulheres muitas vezes aceitam trabalhos com salários ínfimos para sobreviver com suas famílias (MELO, 2005, p. 18-19). Além disso, o fato de ser comum a presença de mulheres negras entre as 'pessoas pobres é um reflexo de um processo histórico de (re)produção de desigualdades sociais' (MARIANO & CARLOTTO, 2009, p. 902).

CAMARGO et al (2013, p. 162), analisando dados do CadÚnico de março de 2013, mostraram dados interessantes para se pensar no perfil socioeconômico demográfico das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família: eram 13.872.243 famílias com benefício médio de R\$149,71; 75,3% dos domicílios beneficiados em todo o Brasil se localizavam na área urbana; serviços de utilidade pública, fundamentais para melhorar as condições de vida das pessoas pobres, como água tratada e abastecimento por rede pública, iluminação elétrica, e coleta de lixo ainda são precários em muitos domicílios beneficiários; 93,1% dos responsáveis legais pelo PBF são mulheres; 64,2% não tinham nem o ensino fundamental.

Em março de 2013, ainda segundo o CadÚnico, os arranjos familiares mostravam que 42,4% dos domicílios brasileiros eram do tipo 'monoparental feminino' e esse número sobe para 46,8% na região sudeste (CAMARGO, 2013, p. 165). Esta estatística mostra que

esses domicílios são chefiados por mulheres e que, muitas vezes, essas mulheres ou são as únicas provedoras de recursos, ou dependem de parentes que não compõem o domicílio como mantenedores; muitas mulheres trabalham fora, fazem as tarefas domésticas e cuidam dos filhos; a idade média dessas mulheres é de 35 anos e é possível encontrar mulheres em situação de extrema vulnerabilidade social nesse contexto.

Ao mesmo tempo em que essas mulheres enfrentam problemas de inserção no mercado de trabalho, sofrem também com os rendimentos diferenciados dos homens com o mesmo nível de instrução. "Nesse sentido, a oferta de serviços de creche e de políticas de emprego e qualificação para essas mulheres é de especial importância para que possam buscar a promoção da renda familiar" (CAMARGO, 2013, p. 165). Outro fator que merece atenção é que sendo baixa a escolaridade das mulheres beneficiárias, aumenta o seu grau de vulnerabilidade, pois são restritas aos postos de trabalho que remuneram com piores salários (CAMARGO, 2013, p. 165).

As famílias brasileiras estão vivendo uma transformação na sua configuração: ainda que haja predomínio da chefia domiciliar masculina, com a tradicional dona de casa, muitos lares já têm como referência econômica uma mulher, configurando como um novo fenômeno urbano (MELO, 2005, p. 19). Neste sentido, o apontamento feito por Mariano e Carloto (2009, p. 902) gira em torno da análise da estratégia de combate à pobreza proposta pelo Programa Bolsa Família que reforça o papel social da mulher para a maternidade e as atividades ligadas à esfera reprodutiva e ao cuidado. Dada a capilaridade do PBF e sua capacidade de interferir na dinâmica relacional dos sujeitos envolvidos em suas ações, é importante, segundo Mariano e Carloto (2009, p. 902), compreender de que modo o "Estado incorpora padrões de relações de gênero e concepções de família e de mulher em seus programas que se dirigem ao âmbito das relações de cuidado". Ao direcionar as transferências às mulheres, estas são envolvidas em uma rede de obrigações com as ações

¹ Comissão Econômica para América Latina e Caribe, ligada à ONU.

estatais, caracterizando a política com forte marcador de gênero, mas ainda são deficientes para a promoção mais efetiva de cidadania para as mulheres (MARIANO & CARLOTO, 2009, p. 903). Além disso, é válido ressaltar que a família é também construída como um espaço de proteção social, à luz dos modelos de *Welfare State*, ao definir a família como núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão; dentro desse parâmetro de família, a expectativa é a de que a mulher/mãe seja o principal elemento transformador na configuração da 'boa família' (MARIANO, 2008, p. 155), o que pode vir a reforçar o lugar já tradicional de cuidadora do lar e de seus dependentes.

O Programa Bolsa Família é um investimento social, nos moldes colocados por Jane Jenson (2012, p. 89), que objetiva três aspectos: a formação ao longo da vida, a prioridade nas gerações futuras e a convicção de que o sucesso individual melhora a comunidade como um todo. É reconhecido que o lugar do cuidado dado à mulher dentro dos programas de transferência de renda valoriza o investimento social, mas, por sua vez, reduz a importância da mulher enquanto sujeito (JENSON, 2012, p. 2). Carlotto e Mariano (2008, p. 158) mostram que as mulheres são o alvo dessas políticas públicas por serem consideradas sinônimo de "família" e a elas é responsabilizada a função da maternidade e do cuidado como elementos não questionados, como natural e autêntico; a instrumentalização da mulher no espaço doméstico a partir das funções de maternidade e de cuidado contribui para a eficácia dos programas de transferência de renda e não é diferente com o PBF.

A aptidão e preferência do PBF pelo gerenciamento do benefício pelas mulheres são devidas ao senso de responsabilidade de uso da transferência de renda para investir na casa, na família e nas crianças, sendo que raramente as mulheres usam o benefício para outros fins que não alimentação, vestuário, material escolar e outros benefícios para a casa (CARLOTO, 2012, p. 122). Além disso, são

as mulheres que mais comumente renunciam aos consumos individuais em nome da família em detrimento dos outros membros; esse comportamento é observado em mulheres de outros países, mostrando que pode ser difícil para a mulher distinguir entre as despesas familiares e a própria despesa (CARLOTO & MARIANO, 2008, p. 159).

A responsabilização das mulheres pela transformação social do seu núcleo familiar pode mostrar que, apesar de haver reconhecimento da responsabilidade no investimento em alimentação, educação e saúde dos filhos, e na contrapartida exigida pelo Programa, essas mulheres podem ser ancoradas no ambiente doméstico, não lhes sendo proporcionado o processo mais amplo de empoderamento, dado que o PBF direciona seus maiores esforços nas crianças, a partir do esforço das mulheres. A igualdade sexual tão almejada pelas mulheres ainda não foi contemplada pelas políticas públicas de transferência de renda, que, dando o dinheiro preferencialmente às mulheres, dão a elas também a responsabilidade do cuidado familiar com as crianças e com os idosos. A autonomia defendida pelas feministas entende as mulheres como sujeitos de direitos em dimensões complexas e com transformações que precisam se dar em diversos níveis, além de exigirem, por exemplo, algum grau de emancipação política e de autodeterminação (CARLOTO, 2008, p. 164). Um questionamento válido a ser feito a respeito dessa ausência de investimento na formação escolar e profissional dessas mulheres-mães gira em torno do efetivo empoderamento dessas mulheres já adultas, de modo que possam ser independentes da transferência de renda e realizadas enquanto mulheres, e não apenas como mães.

O Empoderamento das Mulheres

O Feminismo, apesar de ter sua definição controversa em vários aspectos, é unânime na luta em diversas arenas pela emancipação da mulher, criticando e analisando a subordinação à qual elas estão submetidas, tais como a opressão feminina, o racismo, a su-

balternização em diversas classes trabalhadoras (ALLEN, 2005, p. 1). Uma das vertentes de estudos dentro da Teoria Feminista é a do Empoderamento Feminino e suas consequências e este é um tema relativamente novo, tanto para as feministas ativistas quanto para as acadêmicas. Neste trabalho buscar-se-á compreender o empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e quais são as consequências disso no dia a dia dessas mulheres.

A relação das mulheres e das feministas com o poder, termo que origina o 'empoderamento', é ambígua, dado seu duplo sentido: por um lado é possível observar o poder no sentido de domínio sobre a própria mulher, subjugando-a e oprimindo-a; o outro sentido é o da emancipação e do domínio da mulher de si e do próprio destino (DEERE & LEÓN, 2002, p. 53).

O empoderamento é desenvolvido como teoria e prática com vistas a equalizar a assimetria de poder que insiste em colocar as mulheres no lugar da subalternidade (COSTA, 2000, p. 38). O que as mulheres buscam com o empoderamento é o seu caráter emancipatório e igualitário para com os homens, de modo a reconfigurar a sociedade patriarcal em que vivem, com seus processos e estruturas que ainda subalternizam a mulher (DEERE & LEÓN, 2002, p. 52).

A análise do empoderamento feminino neste trabalho tem por objetivo a percepção da presença ou ausência do caráter emancipador na implementação e manutenção do Programa Bolsa Família na vida das mulheres-mães que dele são beneficiárias. Deere e León (2002, p. 54) afirmam que o empoderamento da mulher desafia as relações privadas patriarcais, pois reposiciona o homem na sua relação com a mulher, retirando-o de sua posição hegemônica. É possível observar as mudanças na tradicional posição do homem quando as decisões privadas começam a ser decididas em conjunto, seja com relação aos bens, às opiniões ou à sexualidade. O empoderamento, portanto, implica na transformação não apenas da mulher, mas também daqueles com quem ela mantém suas relações, como

companheiro e familiares (DEERE & LEÓN, 2002, p. 54; KABEER, 1999, p. 437).

Empoderamento feminino, segundo Cecília Sardenberg (2006), pode ser entendido como:

"Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do "empoderamento" é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre "nossos corpos, nossas vidas" (SARDENBERG, 2006, p. 2).

A amplitude do conceito de empoderamento pode ser claramente observada no estudo de Jo Rowlands no qual são apresentados quatro tipos de poder: *poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro* (apud DEERE & LEÓN, 2002, p. 54). *Poder sobre* é o poder dominador e subjugador, no qual quando um lado ganha poder, o outro perde; as outras três formas de poder podem ser entendidas no seu sentido positivo e aditivo: "o aumento do poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos" (DEERE & LEÓN, 2002, p. 53).

"O poder para serve para catalisar a mudança quando uma pessoa ou um líder de um grupo promove o entusiasmo e a ação de outros. É um poder gerador ou produtivo, um poder criativo ou facilitador que abre possibilidades e ações sem dominação – ou seja, sem o uso do

poder sobre. Poder para está relacionado ao poder com, pois permite que o poder seja compartilhado. Isso se torna aparente quando um grupo gera uma solução coletiva para um problema comum, permitindo que todas as potencialidades sejam expressas na construção de uma agenda de grupo que também é assumida individualmente. Isso serve para confirmar que o grupo pode ser superior à soma de suas partes individuais. Outra forma de poder positivo e aditivo é o poder de dentro, ou poder interior. Este tem a ver com gerar força de dentro da pessoa e está relacionado à autoestima. O poder de dentro aparece quando alguém consegue resistir ao poder de outros ao rejeitar exigências indesejadas. Também inclui o reconhecimento, que se adquire com a experiência, do modo como a subordinação da mulher é mantida e reproduzida.” (DEERE & LEÓN, 2002, p. 54).

Naila Kabeer (1999, p. 437), defende que o empoderamento está ligado à capacidade de fazer escolhas e que uma pessoa 'desempoderada' é aquela a quem foi negado o direito de fazer escolhas; a noção de empoderamen-



Josi Tainá

to para Kabeer está intimamente ligada ao processo de proporcionar escolhas às pessoas a quem isso foi negado anteriormente. Empoderamento, portanto, acontece por meio do processo de aumento e melhoria na capacidade de fazer escolhas.

Kabeer afirma que o empoderamento das mulheres tem um fim em si mesmo, dado que em essência o empoderamento visa aumentar a capacidade das mulheres em se autodeterminarem (KABEER, 1999, p. 461). Sardenberg (2008, p. 25) defende que as feministas latino-americanas estão em busca de um empoderamento que suprima as desigualdades sociais entre mulheres e homens e os esforços estariam em promover um aumento da consciência da necessidade do empoderamento para a realização deste objetivo.

Neste sentido, de que modo pode-se pensar o empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no Brasil? Será que este programa de transferência de renda de fato empodera as mulheres que dele participam? Antes de analisarmos as possibilidades de empoderamento do PBF, observaremos os parâmetros propostos por Naila Kabeer em seu texto 'Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment' de 1999, a partir do qual será feita a busca por parâmetros para observação do empoderamento, trazendo-os para a realidade brasileira.

Naila Kabeer (1999, p. 437) ao falar de empoderamento, pensa nas escolhas que as mulheres têm disponíveis para fazer, observando a qualidade dessas escolhas, pois as consequências de umas escolhas são diferentes de outras. A pobreza é facilmente associada ao desempoderamento por causa das possibilidades de escolhas e alternativas indisponíveis, o que dificulta a satisfação de necessidades básicas, com ausências de escolhas significativas: "algumas escolhas são mais significativas do que outras em termos de suas consequências para a vida das pessoas" (KABEER, 1999, p. 437). Pode-se observar a capacidade de fazer escolhas em três dimensões inter-relacionadas: recursos (precondições), agência (processo) e realizações

(resultados). O sentido dado a 'capacidades' em Kabeer é bem semelhante ao teorizado por Amartya Sen (2000), que será abordado mais adiante.

Os *recursos* são o conjunto daquilo que se pode lançar mão para modificar uma situação. Eles podem ser materiais, econômicos, humanos, sociais e políticos e servem para melhorar a capacidade de fazer escolhas. Podem ser adquiridos nas diversas relações interpessoais e o acesso a esses recursos refletirá as regras e as normas sociais que cada um dos sujeitos possui e ao qual tem acesso na distribuição de recursos na sociedade. Não apenas a disponibilidade dos recursos deve ser observada no processo de empoderamento das mulheres, mas também o modo como esses recursos são, de fato, disponibilizados e passíveis de uso pelas mulheres, já que é a escolha de usar ou não tal recurso que demonstra presença ou ausência de empoderamento:

A *agência* nos estudos de Kabeer (1999, p. 445) refere-se à possibilidade que o indivíduo possui para definir seus objetivos e agir sobre eles. A agência abrange um leque vasto de ações indo além da ação propriamente dita, podendo abranger o significado, a motivação e a finalidade que os indivíduos trazem para a sua atividade. Pode-se também perceber a agência como formas de barganha, de negociação, de manipulação ou de resistência, podendo ser exercida de modo individual ou coletivo. A agência pode ter uma conotação negativa, que pode ser observada como *poder sobre*, como domínio de outrem, de modo que um sujeito sobreponha sua agência a de outra pessoa. A percepção positiva, em contraposição, é percebida como *poder para*, referindo-se à capacidade própria das pessoas para tomadas de decisão, definição de escolhas de vida, alcance de metas, ainda que se opusesse a outras pessoas. É o *poder para* que catalisa a ação das pessoas com entusiasmo e criatividade, promovendo ações sem dominação (DEERE & LEÓN, 2002, p. 54).

Kabeer (1999, p. 445) mostra, em diversos países, algumas atitudes que são consideradas indicadores de tomada de decisão e

não são muito diferentes das que podem ser observadas no Brasil: trabalho remunerado, administração do orçamento doméstico, responsabilidade pelo gasto do orçamento doméstico, capacidade de fazer pequenas e grandes compras. Uma das formas de empoderamento se dá pelo viés econômico. Entendemos que este é apenas uma das múltiplas facetas do empoderamento e da autonomia. Dada as imensas possibilidades de empoderamento, e dado que há limites para este artigo, limitaremos a análise ao caráter econômico do empoderamento. Pode-se observar a agência de uma mulher brasileira de muitas formas além dessa como, por exemplo, na denúncia a violência doméstica sofrida ou retorno à escola das mulheres-mães.

Um aspecto importante no estudo de Kabeer (1999, p. 438) é que *recursos* e *agência* em conjunto, além de promoverem as realizações, podem ser entendidos como o que Amartya Sen (2000) define como *capacidade*, refletindo o potencial que as pessoas possuem de ser e fazer de modo valorizado.

Amartya Sen (2000, p. 109) percebe a pobreza como privação de capacidades, o que envolveria inúmeras outras privações, além da renda. Alguns fatores são apontados por Sen em relação à pobreza como privação de capacidades:

- 1) pobreza como privações de capacidades intrínsecas, para além da renda (dinheiro é considerado um instrumento e não a solução);
- 2) existem outras influências na situação de pobreza além da falta de renda, já que renda não é o único otimizador de capacidades;
- 3) baixa renda e baixa capacidade é uma relação variável, podendo atingir as pessoas de modos distintos.

A qualidade das escolhas possíveis e disponíveis aos indivíduos define o quão empoderados eles são e essa qualidade de escolhas pode ser avaliada e medida cruzando-se as três variáveis propostas por Naila Kabeer: os recursos, a agência e os resultados obtidos da junção dos dois primeiros fatores. Por isso é importante compreender que a triangula-

ção desses três pontos é fundamental para a análise do empoderamento em si. Segundo Kabeer (1999, p. 452), uma análise efetiva e confiável do empoderamento das mulheres não pode separar os três âmbitos de capacitação por serem eles indivisíveis como parâmetros de medição. O cuidado metodológico dessa triangulação, ou verificação cruzada conforme colocada por Kabeer, garante que o indicador realmente meça/verifique, indo além de comprimirem dados e, muitas vezes, fazerem suposições sobre a informação que encontram; então, o cuidado metodológico da análise conjunta é para garantir a validade do indicador de empoderamento (KABEER, 1999, p. 452).

Analisar-se-á neste trabalho quais recursos estão disponibilizados às mulheres do PBF a partir de sua inserção no Programa e o que foi transformado na agência dessas mulheres, promovendo o empoderamento delas. Não há, entretanto, a intenção de uma análise exaustiva a respeito do empoderamento.

O empoderamento promovido pelo PBF na vida das mulheres

A análise do empoderamento das mulheres a que este trabalho se propõe tem como alvo as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Este estudo se guiará a partir do áudio dos grupos focais promovidos pelo NEPEM/UFMG², gentilmente disponibilizados pela professora Marlise Matos, do Departamento de Ciência Política da UFMG, em sua pesquisa "O Impacto do Programa Bolsa Família Sobre a Vida das Mulheres nos Meios Rural e Urbano – Cotidiano e Projeções para a Autonomia Feminina. O caso de Minas Gerais". Esta pesquisa aconteceu entre o janeiro de 2013 e fevereiro de 2015. Os grupos focais foram realizados entre 31/01/2014 e 27/08/2014 e por meio da análise desses grupos buscar-se-á analisar e compreender se há processo de empoderamento das mulheres beneficiárias. A seleção das participantes dos grupos dentro desta pesquisa deu-se por sorteio entre as mulheres cadastradas nas Secretarias Municipais de Assistência Social

das cidades de Pedro Leopoldo, Nova Lima e Araçuaí, todas em Minas Gerais.

A análise pretendida neste artigo é baseada na situação de vida observada das mulheres³ do meio urbano da cidade de Pedro Leopoldo, com idade entre 40 e 59 anos, perfazendo-se um total de 22 mulheres, somando-se dois grupos focais, realizados entre 30/01/2014 e 03/02/2014. As condições de trabalho e o estado civil destas mulheres estiveram misturados dentro dos grupos, por isso, não foi feita distinção entre eles para esta análise. A escolha por esse perfil de mulheres considerou a relação entre a idade e as condições de trabalho a que essas mulheres estão expostas, especialmente o adoecimento muito presente nos relatos dos grupos e a inquietação presente na situação delas: doentes demais para continuarem trabalhando com serviço doméstico e ainda longe demais da aposentadoria. Essas são as mulheres com mais experiência de vida e talvez as mais castigadas pela pobreza.

Pedro Leopoldo é um município pertencente ao estado de Minas Gerais com 91 anos de história, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte – MG, com uma população estimada⁴ em 2013 em quase 62 mil habitantes, segundo o IBGE⁵. É importante que observemos alguns aspectos sociodemográficos⁶. O IDHM⁷ do município é de 0,757, o que é considerado alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)⁸. No *ranking* de IDH municipais, Pedro Leopoldo ocupa o 420º lugar no país e o 30º lugar em Minas Gerais. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini⁹ passou de 0,56 em 1991 e 2000 para 0,47 em 2010.

O perfil das mulheres analisadas neste artigo mostra que a média de idade dessas mulheres é de 48,8 anos; a média de filhos que vive com cada uma estas mulheres é de 3,04 filhos; a média de valor do benefício recebido é de R\$74,19 por família. A partir das análises dos percentuais, podemos observar que 63,3% das mulheres têm até a 4ª série do ensino fundamental e apenas 9,1% em ensino médio completo, evidenciando a baixa escolaridade. 54,5% das mulheres são casadas, tendo as despesas domésticas divididas com

2 Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais.

3 Neste trabalho, com nomes fictícios.

4 Estimativa a partir do Censo 2010/IBGE, que apontou 58740 habitantes

5 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

6 Os dados sociodemográficos apresentados aqui foram retirados do portal eletrônico Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, no endereço: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/pedro-leopoldo_mg, acessados em 23/05/2014.

7 IDH municipal, calculado a partir do Censo Demográfico de 2010.

8 Detalhamento do cálculo e da tabela de IDHM no site: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

9 O Índice de Gini mede a concentração de renda e mede as diferenças entre os mais pobres e os mais ricos, variando de 0 a 1, sendo que 0 representa igualdade absoluta e 1, desigualdade absoluta.

os maridos, e outras 45,5% estão em situação de chefia familiar e assumem a despesa da família sozinhas. 59,1% das mulheres não têm trabalho remunerado e 27,3% exercem atividades ligadas ao trabalho doméstico.

O objetivo nesta análise é a compreensão de como são trabalhadas as possibilidades de melhorias da condição de vida das mulheres que já estão adultas e que já sofreram um longo tempo com a pobreza nas suas vidas. O PBF tem seu principal foco na interrupção da pobreza intergeracional, com o alvo principal nas crianças e adolescentes, filhas e filhos dessas mulheres. Entretanto, entende-se que o rompimento com a pobreza deva se dar também na promoção de oportunidades e no desenvolvimento de capacidades das cidadãs responsáveis pela manutenção do Programa. No portal PNUD¹⁰, podemos observar, em linhas gerais, que o rompimento da pobreza acontece pelo desenvolvimento humano, entendendo que somente o desenvolvimento econômico não é o suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, e sim uma diversidade de aspectos como educação, trabalho e saúde.

É importante ressaltar que grupos focais não têm a pretensão de representarem o universo de mulheres beneficiárias, nem mesmo a realidade do município de Pedro Leopoldo. O que se pretende neste trabalho é uma análise qualitativa de indícios e indicações que possam nos revelar alguns aspectos relacionados ao empoderamento das mulheres beneficiárias do PBF no município.

O empoderamento feminino é importante na luta feminista por potencializar a emancipação das mulheres. As lutas feministas ocidentais, desde sua primeira onda no final do século XIX, buscam inserção das mulheres no mercado de trabalho, escolarização e educação formal, divisão equitativa das responsabilidades com os filhos e com o espaço doméstico, dentre outras inúmeras demandas (PINTO, 2010). Alguns desses pontos foram observados nos grupos focais como sendo importantes para o empoderamento e para a emancipação dessas mulheres e para se

construir as possíveis saídas da condição da pobreza.

A partir deste ponto, abordaremos o empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família analisando os grupos focais, observando o poder de escolha das mulheres beneficiárias. *Poder escolher* é fundamental para a liberdade e para a autonomia das mulheres e que empoderamento, como o próprio nome sugere, é um processo. Nele estão interseccionadas três áreas: *recursos, agência e realizações*. A partir dessas três áreas, observaremos as quatro categorias propostas anteriormente: responsabilidade da mulher-mãe com o cuidado dos filhos; a divisão sexual do trabalho; educação e profissionalização dessas mulheres; e, por fim, observar o mercado de trabalho no qual essas mulheres estão inseridas.

A partir do entendimento de empoderamento apresentado, busca-se observar recursos para empoderamento e emancipação indo além do recurso recebido pela transferência de renda, tais como a alfabetização, aperfeiçoamento profissional, promoção da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, a fim de encontrar novas oportunidades de escolhas para melhoria da vida e das escolhas às mulheres-mães. Será observado também se e de que modo a agência das mulheres beneficiárias tem sido transformada a partir dos novos recursos a fim de que elas possam sair do Programa.

Iniciemos com a escolaridade, que é considerado como recurso nesta análise. A partir dos relatos, pode-se perceber o quanto a escolaridade faria diferença na vida cotidiana e profissional dessas mulheres. Este é um recurso de empoderamento fundamental na vida das pessoas pobres, especialmente para elas. A capacidade de conseguir um emprego que lhes garanta melhores salários é alavancada com os anos que elas permanecem na escola. O mercado de trabalho no qual essas mulheres estão inseridas é aquele que exige o mínimo de estudos (muitas vezes, nenhum estudo), de modo que sem um incentivo na escolarização dessas mulheres é praticamente impossível aumentar as possibilidades de

¹⁰ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.x?indiceAccordion=0&li=li_DH

escolha de trabalho. Isabel fala claramente de sua dificuldade em ter um emprego com o recurso escolar que tem:

"igual no meu caso, sou analfabeta, não sei nada, só sei meu nome, então é difícil para achar um emprego! [...] Eu perdi uma chance de ganhar dois salários em Belo Horizonte, porque a família exige ter curso, eu não consigo curso porque eu não tenho estudo."

Parece que quanto mais "sofisticado" o trabalho, maior a exigência da formação escolar e profissional. O relato não é apenas de Isabel, mas das outras mulheres do grupo, muitas delas sem alfabetização adequada como recursos adequados para uma empregabilidade mais rentável e menos penosa.

Cecília: "é, a mesma coisa que elas falaram, é isso mesmo! Assim, na questão de emprego, né?! Porque quando a gente, é... a única coisa que assim, pra quem não tem estudo mesmo, a única coisa que aparece aqui é faxina. Quando não é faxina é serviço doméstico."

Pôde-se observar nos relatos das mulheres impossibilidade de entrada no mercado de trabalho por outras profissões que não a de faxineira, com condições menos precárias e pesadas de trabalho.

Laura: "em muita das vezes é por causa da escola, né, gente?! Infelizmente, né, a gente vê a maioria não tem formação, né?"

É o reconhecimento da escolaridade como um recurso fundamental para novas escolhas de empregos, de modo que, ao poder escolher o trabalho, possam também ser empoderadas. Simone ainda alerta para outro fator:

Simone: "Tem que saber a ler e escrever pra fazer algum curso. Eu queria fazer um curso para cuidar de idoso, não pude fazer, porque não tenho estudo e aí?!"

As formações profissionais com cursos mais curtos, como cuidadora de idosos ou de auxiliar administrativo, relativamente mais acessíveis, aos quais essas mulheres poderiam ingressar em novas profissões, têm como pressuposto a alfabetização, recurso que elas não têm. Observa-se, então, a escassez da agência dessas mulheres no mercado de trabalho dada a limitação do recurso 'alfabetização'.

A agência dessas mulheres como trabalhadoras fica restrita aos trabalhos com faxina, que muitas delas relataram não estar mais aguentando dadas as limitações da saúde do corpo, outro recurso importante para o exercício da atividade laboral. A relação entre a baixa escolaridade e a precariedade dos trabalhos disponíveis para essas mulheres é evidente. A partir da fala delas percebe-se que a dificuldade é ainda maior com o passar dos anos e o avançar da idade. Idade avançada é outro recurso limitador de agência e de escolhas para essas mulheres. Estudos comprovam que a empregabilidade das mulheres com baixa escolaridade é usualmente para trabalhos em casa de família, como limpeza e faxina, quando encontram e quando o corpo ainda é capaz de suportar essas atividades, (DIEESE, 2013; MELO & BANDEIRA, 2005).

Mas o problema observado não é apenas a baixíssima escolaridade dessas mulheres, elas também não podem pagar pelo transporte para acessar os cursos profissionalizantes, caso consigam se matricular:

Flávia: "Porque não adianta mesmo falar assim: "ó, lá em Belo Horizonte!", aí num vou ter condições de ir, durante quinze dias não vou ter condições [financeiras] de ir participar do curso, então não tem como."

Ainda que Pedro Leopoldo seja relativamente perto de Belo Horizonte e que o trajeto seja relativamente simples, as condições financeiras limitadas dessas mulheres são impedimentos para ir fazer o curso. A restrição ao recurso financeiro é recorrente na realidade de vida dessas mulheres. A contenção

e escassez do recurso financeiro têm como efeito na agência dessas mulheres o refreamento de sua agência, o que reflete na limitação do poder de escolha dessas mulheres. A consequência é o não empoderamento das beneficiárias do PBF.

Outro ponto que merece destaque é o quanto essas mulheres de Pedro Leopoldo reclamaram de adoecimento, como consequência de tantos anos trabalhando com faxina e serviços domésticos.

Patrícia: "[...] eu não trabalho fora, né?! Tenho problema de saúde tenho tendão arreventado nos dois ombros, artrose nos dois joelhos, aí eu num aguento muita coisa não porque né, minha profissão também é casa de família, sempre trabalhei em casa de família, eu acho que acabou muito também mais foi limpar parede, negócio de casa de família, e hoje em dia eu num aguento mais serviço pesado. As vezes eu faço alguma coisa, assim, lavo uma roupa, passo, mas a gente faz esforço, né?! Porque se for olhar as dor a gente num faz nada! [...] Mas que é fácil, né não! Pra mim é importante continuar recebendo (o recurso do PBF)."

São doenças como artrite ou artrose, ou ainda o rompimento de tendões, relativamente comuns em trabalhos pesados com esforço repetitivo, tal como no trabalho doméstico. O corpo físico, que pode ser entendido como recurso para o trabalho, não aguenta por muitos anos o trabalho de uma semana inteira com faxina doméstica, com alimentação e condições de vida precárias. Saúde física é um recurso muito importante para o exercício de qualquer trabalho. As doenças diminuem as possibilidades de trabalho dessas mulheres, retirando-lhes a pouca agência que elas têm.

A agência dessas mulheres como trabalhadoras fica restrita aos trabalhos com faxina, que muitas delas relataram não estar mais aguentando dadas as limitações da saúde do corpo, outro recurso importante para o exercício da atividade laboral. É verdade que o trabalho doméstico é para elas muito pesado, dadas as inúmeras dores sentidas. Ainda

assim, é este o trabalho remunerado ao qual elas têm acesso.

A relação entre a baixa escolaridade e a precariedade dos trabalhos disponíveis para essas mulheres é evidente. A partir da fala delas percebe-se que a dificuldade é ainda maior com o passar dos anos e o avançar da idade. Idade avançada é outro recurso limitador de agência e de escolhas para essas mulheres. Estudos comprovam que a empregabilidade das mulheres com baixa escolaridade é usualmente para trabalhos em casa de família, como limpeza e faxina, quando encontram e quando o corpo ainda é capaz de suportar essas atividades.

As beneficiárias, ao serem perguntadas sobre o lado ruim do Programa Bolsa Família, mostram insegurança quanto ao próprio futuro e reconhecem que elas também precisam de ajuda para a interrupção da pobreza. Observemos as respostas à pergunta 'o que é bom e o que é ruim no PBF?':

Cecília: "Bom, o bom é que a gente ganha, o ruim é quando cortar, né?! A gente vai ficando mais velha, a gente vai ficar sem ganhar nenhum, vai indo e a gente não aguenta fazer é nada. Vai chegando a osteoporose, vai chegando aquele monte de coisa que eu já to, esporão é aquilo"

Alguém: "É velhice... Você num aguenta."

Cecília: "...vai indo a gente não aguenta fazer nada. Se a gente conseguisse manter ele pra, até pra gente pagar."

Flávia: "INPS"¹¹

Cecília: "[...] A gente também merece, né?!"

Muitas dessas mulheres, analfabetas, ou semianalfabetas, com seus corpos desgastados por grandes esforços em trabalhos pesados ao longo de suas vidas desde muito cedo, percebem que a interrupção do acesso ao PBF é uma desvantagem, pois ser beneficiária lhes garante acesso a serviços públicos e oportunidades, como descontos nas contas de água e luz e no recolhimento da guia de INSS, que elas não têm por outra via. Ainda

¹¹ Instituto Nacional de Previdência Social, este era o nome dado ao instituto antes da Constituição de 1988, que ampliou suas atribuições e alcances. A sigla antiga ainda é usada por algumas pessoas, mas se referem efetivamente ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

que elas possam ser aposentadas por tempo de contribuição ou por idade, há ainda a preocupação com o período em que ficarão sem o Bolsa Família e cumprir o tempo de contribuição ou de trabalho exigidos pelo INSS.

Pelo relato dessas mulheres, o benefício do Programa Bolsa Família é o único recurso financeiro com o qual essas mulheres podem contar mensalmente. Desta forma, a retirada dessas mulheres do Programa a diminui ainda mais os recursos disponíveis e da agência dessas mulheres, deixando-lhes novamente na situação de penúria em que viviam antes do acesso ao Programa, já que essas mulheres não conseguem voltar a trabalhar. O Programa Bolsa Família exige, prioritariamente, que o benefício seja entregue a mulheres que tenham crianças sob seus cuidados, mas não somente a elas. Pessoas adultas com renda inferior a R\$70 mensais podem requerer o benefício também. Entretanto, nem sempre esta informação fica clara para as beneficiárias e nem a oportunidade de ingresso no PBF sem as crianças está disponível para as beneficiárias presentes nos grupos analisados. Se essas mulheres só usufruírem dos benefícios enquanto estiverem na função de cuidadoras de crianças e adolescentes, o Programa não pode ser considerado um instrumento de empoderamento efetivo e perene das mulheres-mães que dele participam com seu trabalho efetivo e gratuito. É fato que elas usufruem dos benefícios enquanto estão cuidando da escolaridade de seus filhos, mas a saída do programa com o avançar da idade dos filhos antes que elas próprias atinjam idade mínima para aposentadoria, já que não têm condição de trabalho, deixa-as numa situação de absoluta insegurança em relação ao porvir e não em condições de empoderamento e de agência em relação ao futuro, como se desejaria para o efetivo rompimento com a pobreza. De acordo com o que foi relatado pelas mulheres nos grupos analisados, quase nenhum recurso, além do financeiro, está disponível para elas, tais como melhoras nas condições de empregabilidade e nem melhora nas opções de escolhas disponíveis para elas.

É interessante observar como as mulheres

reivindicam sua participação no Programa por serem elas também merecedoras do benefício e não apenas seus filhos. As falas no trecho anterior mostram que as mulheres se preocupam com o próprio futuro e com a incerteza de recursos para elas próprias quando seus filhos saírem do Programa. Pode-se, então, perceber a falta de recursos proporcionados às mulheres-mães, indicando ausência de empoderamento efetivo e a longo prazo dessas mulheres. Enquanto estão inseridas no Programa, essas mulheres recebem o recurso financeiro que pode proporcionar a elas o cumprimento do papel de mãe, o que para elas é importante. Por outro lado, essas mulheres são "esquecidas" dentro do Programa e acabam perdendo a esperança e a crença de que podem mudar seu próprio futuro. Não aparece dentro das diretrizes do PBF nenhuma ação que efetive a saída das mulheres adultas da pobreza.

Considerações finais

Não há dúvidas de que as crianças, filhos e netos, das mulheres aqui estudadas têm e/ou terão melhores condições de alimentação e de estudos em comparação às gerações anteriores. As mulheres-mães também se alimentam melhor enquanto estão em condições de participarem com seus filhos do PBF. As amarras da pobreza extrema têm sido desfeitas aos poucos com o Programa Bolsa Família. Pode-se observar isso a partir das diversas pesquisas em que fica evidente que as mulheres beneficiárias se sentem um pouco mais seguras em relação à manutenção dos mantimentos em casa para alimentar os filhos recebendo elas mesmas o dinheiro do benefício (OECD, 2011; REGO & PINZANI, 2013).

Contudo, para que essas mulheres sejam de fato empoderadas, é necessário mais que somente a transferência de renda. Essas mulheres ainda permanecem alijadas do processo de empoderamento efetivo, com quase nenhum aumento do seu poder de escolha. É necessário, por exemplo, que essas mulheres

recebam incentivos que as retirem do verdadeiro "atraso" que a pobreza vivida cotidianamente, muitas vezes lhes impõe desde a infância. Esse "atraso" é de múltiplas ordens: "atraso" intelectual, "atraso" na formação profissional, "atraso" na escolarização, etc. As doenças causadas por trabalhos pesados deixaram danos muitas vezes irreversíveis aos seus corpos, já cansados e mal nutridos.

Educação e profissionalização para essas mulheres são recursos que se fazem urgentes. Promover o letramento e alfabetização de jovens senhoras para que seu futuro seja menos penoso se faz igualmente premente. Promoção de cursos profissionalizantes que efetivamente lhes promova melhores oportunidades de trabalho, tanto em termos de remuneração quanto em termos de qualidade de vida laboral, são igualmente urgentes. Tudo isso representaria o aumento dos recursos possíveis a essas mulheres, impactando positiva e diretamente na agência dessas mulheres e nas realizações possíveis a elas.

O que pode ser observado é que o empoderamento direto ou focado exclusivamente nelas é quase nenhum, visto que a elas não são dadas alternativas reais de melhora nas condições de sua própria vida, de seu futuro, de seu trabalho. Elas usufruem dos benefícios do programa enquanto estão trabalhando para mudar a realidade de seus filhos e se esforçando para mantê-los nas escolas, saudáveis e bem alimentados. Mas essas mulheres parecem ser "descartadas" quando seus filhos ultrapassam a idade limite do Programa, sem que a elas tivessem sido dadas oportunidades reais de escolarização e profissionalização, de empoderamento e de autonomia. Parece-nos, que lhes é retirado não só o dinheiro da transferência de renda, que é muitas vezes a única renda, mas também a oportunidade de melhora de vida e de uma aposentadoria menos penosa. A melhora nas condições de vida não é apenas na alimentação, mas de forma mais ampla, com possibilidade de ter uma casa com

um mínimo de infraestrutura, que garanta luz elétrica e o encanamento para água e esgoto. Percebemos que a retirada dessas mulheres do programa quando seus filhos completam dezoito anos pode ser devastador para elas que já não conseguem mais trabalhar, mesmo com a faxina ou em casa de família, pois têm seus corpos adoecidos, limitando ainda mais sua pouca agência. Nada garante que os filhos cuidarão dessas mães no futuro, por isso é necessário dar a elas, enquanto beneficiárias do Programa, melhores condições de emancipação e empoderamento de modo tão premente quanto é dado aos seus filhos.

O Programa Bolsa Família cumpre seu papel de cuidar das próximas gerações de trabalhadores. No entanto, ao usar a mão de obra das mulheres-mães, o PBF deveria ser mais atento para com essas mulheres, de modo a proporcionar-lhes também uma velhice digna. A essas mulheres ainda não foi possível pensar em um futuro melhor, em casa própria, em renda digna, em melhoria de escolaridade ou de trabalho e essa é a parte ruim do Programa para elas. A autoestima dessas mulheres é mínima, a falta de escolhas ao longo de suas vidas subtraiu de seus imaginários outras formas de viver a vida, outras possibilidades de vida. Não há muitas escolhas. Na verdade, quase nenhuma.

Para que o Programa Bolsa Família efetivamente rompa com a pobreza que assola 25% dos brasileiros, é preciso que sejam pensadas alternativas, além das que estão postas, de modo a criar escolhas e empoderamento para essas mulheres que ainda viverão por muitos anos. Alfabetização das mulheres adultas e alternativas para empregabilidade são algumas soluções possíveis para promover recursos e transformar positivamente a agência dessas mulheres, de modo a garantir a elas o rompimento com a pobreza da mesma forma que se propõe a fazer em relação aos seus filhos e netos.

Referências Bibliográficas:

- ALLEN, Amy. (2005), "Feminist Perspectives on Power." *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em <<http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#Bib>>. Acesso em 12/05/2014.
- ALVES, Branca Moreira. (1980), *Ideologia e Feminismo – A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Editora Vozes, 1ª edição.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Perfil do Município de Pedro Leopoldo-MG*. Disponível em <http://www.atlas-brasil.org.br/2013/pt/perfil/pedro-leopoldo_mg>. Acesso em 03/05/2014.
- BRASIL. LEI Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. *Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências*.
- CAMARGO, Camila Fracaro; CURRALERO, Claudia Regina Baddini; LICIO, Elaine Cristina. MOSTAFA, Joana. (2013), "Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o cadastro único revela?". In: CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Cortes. (org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília.
- CARLOTO, Cássia Maria. & MARIANO, Silvana. (2008), "A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social". *Sociedade em Debate*, Pelotas, 14(2): 153-168, jul-dez.
- CARLOTO, Cássia Maria. (2012), "Condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda e Autonomia das Mulheres". *Sociedade em Debate*, Pelotas, 18(2): 121-130, jul-dez.
- COSTA, Ana Alice. (2000), "Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres". In: *Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pró-Gavião*. Vitória da Conquista, 16 a 18 de fevereiro. Disponível em <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/textosapoio1.pdf>>. Acesso em 06/02/2014.
- COSTANZI, Rogério Nagamine & FAGUNDES, Flávio. (2010), "Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família". In: CASTRO, Jorge Abrahão de & MODESTO, Lúcia. *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios*. v. 1. IPEA, Brasília.
- DEERE, Carmem Diana & LEON, Magdalena. (2002), *O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina*. Ed. UFRGS.
- DIEESE. (2013), *O Emprego Doméstico no Brasil*. Estudos e Pesquisas, n. 68.
- IBGE. *Cidades*. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314930&search=|inifogr%E1ficos:-informa%E7%F5>es-completas>>. Acesso em 10/05/2014.
- JENSON, Jane (2012). "Políticas Públicas e Investimento Social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres?". *Estudos Sociológicos*, Araraquara, v. 17, n. 32, p.87-106.
- KABEER, Naila. (1999), "Resources, Agency, Achievements: reflections on the measurement of women empowerment." In: *Development and Change*. Vol. 30, p. 435-464. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-7660.00125/abstract>>. Acesso em 02/05/2014.
- KYMLICKA, Will. (2006), *Filosofia Política Contemporânea*. Ed. Martins Fontes. 1ª edição.
- MARIANO, Silvana Aparecida (2008), "Traduções Político-Culturais de Gênero na Política de Assistência Social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no Programa Bolsa Família". *Gênero*. Niterói, v.9, n. 1, p. 155-187, 2º sem.
- MARIANO, Silvana Aparecida & CARLOTO, Cássia Maria. (2009), "Gênero e Combate à Pobreza: Programa Bolsa Família". *Estudos Feministas*. Florianópolis. 17(3): 312, setembro-dezembro. p. 901-908.
- MELO, Hildete Pereira & BANDEIRA, Lourdes. (2005), "A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil". *Unidad Mujer y Desarrollo*. Projecto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero. Nações Unidas – CEPAL - Santiago de Chile, junho.
- OECD. (2011), *Family Grant Programme, Federal Ministry of Social Development and Fight Against Hunger*. Public Sector Integrity in Brazil.
- PINTO, Celi Regina Jardim. (2010), "Feminismo, História e Poder". *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-23, jun.
- REGO, Walquiria Leão; & PINZANI, Alessandro. (2013), *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP.
- SARDENBERG, Cecília M. B. (2006), "Conceituando "Empoderamento" na perspectiva Feminista". In: *I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO*, NEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5-10 de junho. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em 02/05/2014.
- SARDENBERG, Cecília; CAPIBARIBE, Fernanda; SANTANA, Carolina. (2008), "Tempos de Mudança, vidas em mutação: o empoderamento de mulheres na Bahia através de gerações". *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em 13/05/2014.
- SEN, Amartya. (2000), *Desenvolvimento como Liberdade*. Companhia das Letras.

Recebido em: 24 de junho 2014.

Aprovado em: 12 de setembro de 2015



Josi Tainá